

*Português***Investigação Sociológica Precária no Portugal Democrático:**

“____, pão, _____, _____, _____”

Ana FerreiraFaculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH)
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)**Resumo**

Este texto parte de uma contextualização sociohistórica das transformações no sector do ensino superior e da ciência durante o período democrático em Portugal, para refletir sobre as origens e a expansão da precariedade no trabalho académico. A análise empírica caracteriza o exercício precarizado da profissão sociológica nas organizações deste sector. Revelam-se singularidades desta área científica e impactos transversais da precariedade que impedem um exercício pleno da sociologia. Nos 50 anos do 25 de abril, “*Paz, pão, habitação, saúde e educação*” permanecem por cumprir integralmente.

Palavras-chave: Sociologia; Precariedade; Liberdade.*English***Precarious sociological research in democratic Portugal:**

“____, bread, _____, _____, _____”

Abstract

This text starts with a socio-historical contextualisation of the transformations in the higher education and science sector during the democratic period in Portugal to reflect on the origins and expansion of precariousness in academic work. The empirical analysis scrutinizes the precarization of the sociological profession in organizations of this sector. This study reveals singularities of this scientific area and cross-cutting impacts of precariousness that hinder the full exercise of sociology. On the 50th anniversary of the 25th of April, “*Peace, bread, housing, health and education*” remain unfulfilled.

Keywords: Sociology; Precarity; Freedom.*Français***Recherche sociologique précaire dans le Portugal démocratique:**

“____, pain, _____, _____, _____”

Résumé

Ce texte s'appuie sur une contextualisation socio-historique des transformations dans le secteur de l'enseignement supérieur et de la science pendant la période démocratique au Portugal pour réfléchir sur les origines et l'expansion de la précarité du travail académique. L'analyse empirique caractérise la précarisation de la profession de sociologue dans les organisations de ce secteur. On y révèle des

FERREIRA, Ana (2024),

“Investigação Sociológica Precária no Portugal Democrático:

“____, pão, _____, _____, _____”

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIX, pp. 75 - 104DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a3>

singularités de ce domaine scientifique et les impacts transversaux de la précarité qui empêchent un exercice plein de la sociologie. Cinquante ans après le 25 avril, "Paix, pain, logement, santé et éducation" continuent à ne pas être pleinement accomplis.

Mots-clés: Sociologie; Précarité; Liberte.

Español

Investigación sociológica precária en el Portugal democrático:

“___, pan, _____, _____, _____”

Resumen

Este texto parte de una contextualización sociohistórica de las transformaciones en el sector de la enseñanza superior y de la ciencia durante el período democrático en Portugal para reflexionar sobre los orígenes y la expansión de la precariedad en el trabajo académico. El análisis empírico caracteriza la precariedad de la profesión sociológica en organizaciones de este sector. Este estudio revela singularidades de esta área científica y impactos transversales de la precariedad que dificultan el pleno ejercicio de la sociología. En el 50 aniversario del 25 de abril, “Paz, pan, vivienda, sanidad y educación” siguen sin cumplirse.

Palabras clave: Sociología; Precariedad; Libertad.

1. Introdução: Da Profissionalização da sociologia no Portugal democrático à precarização do trabalho sociológico

A prática sociológica e a profissionalização da Sociologia atravessaram diferentes fases de expansão e de consolidação ao longo dos 50 anos de democracia em Portugal (Machado, 2020; Machado, 2022). De um ponto de vista global, estas tendências são reveladas, por exemplo, num crescimento do ensino e da investigação sociológica, traduzido quer numa consistente qualificação profissional, quer na publicação científica e no reconhecimento internacional da sociologia portuguesa; numa diversificação das atividades laborais dos sociólogos, abarcando não só as áreas do ensino e da investigação, onde trabalham 38% dos sociólogos, mas também um leque diverso de funções na administração pública, em organizações não governamentais, no sector privado, entre outros; na constituição e no desenvolvimento de espaços associativos, onde se destaca a fundação da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) em 1985; ou numa presença assídua de

FERREIRA, Ana (2024),

“Investigação Sociológica Precária no Portugal Democrático:

“___, pão, _____, _____, _____”

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIX, pp. 75 - 104

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a3>

sociólogos no espaço público (Ramos, 2018; Ramos *et al.*, 2021; Teixeira Lopes *et al.*, 2020).

Se estes crescimentos, diversificação e reconhecimentos são em toda a medida assinaláveis, igualmente digna de nota e reflexão é a atual prevalência de vínculos laborais precários entre os que em Portugal detêm formação académica em Sociologia. O *Inquérito às Competências e Práticas dos Sociólogos*, promovido pela APS e pela Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (APSIOT), e aplicado entre o final de 2019 e o início de 2020 é, a este respeito, particularmente claro. Nele se revela que 43% da população analisada apresenta vínculos laborais precários (por exemplo, contratos a prazo; contratos de bolsa ou vínculos pontuais) (Ramos *et al.*, 2021). No entanto, e apesar do peso da precarização entre os profissionais da Sociologia, permanece por analisar quem são estes trabalhadores precarizados, quais as suas trajetórias laborais, que atividades desenvolvem e de que forma ou formas atribuem sentido às suas práticas laborais e aos seus vínculos precários tendo em conta as suas circunstâncias sociais mais amplas.

Partindo do universo de trabalhadores precarizados no sector do ensino superior e da ciência, o sector de atividade económica onde encontramos uma maior prevalência de diplomados em Sociologia em Portugal, o presente trabalho debruçar-se-á sobre a precarização da profissão sociológica no contexto do Portugal democrático, analisando e refletindo sobre as atuais práticas e vivências da precariedade destes trabalhadores.

O texto iniciar-se-á com uma breve discussão sobre a precarização das profissões académicas em Portugal nos últimos 50 anos, para situar a análise da atual precarização da profissão sociológica no sector do ensino superior e da ciência. Conjugando uma análise quantitativa com uma análise qualitativa, realizar-se-á uma caracterização sociobiográfica de sociólogos precarizados que trabalham no sector do ensino superior e da ciência; caracterizar-se-ão as suas trajetórias académicas; as suas jornadas de trabalho e os produtos do seu trabalho; avaliar-se-ão as suas

perceções dos impactos multidimensionais da precariedade e as suas vivências subjetivas do trabalho e das suas situações perante o trabalho; aferir-se-á a prevalência de *burnout* profissional e, finalmente, avaliar-se-ão as aspirações laborais destes profissionais. O texto concluirá com uma síntese reflexiva onde se aponta, por um lado, o crescimento e a consolidação da profissão sociológica na academia, e por outro, as ameaças que a precariedade de longa duração impõe a um exercício pleno da profissão sociológica.

2. Transformações do sector do ensino superior e da ciência

2.1. Entre 1974 e o virar do século

Entre a revolução democrática de 1974 e o início do século XXI, o sector do ensino superior e da ciência sofreu transformações profundas que se traduzem numa diversificação dos tipos organizacionais, na implantação das suas organizações em todo o território de Portugal e no crescimento tanto do número de diplomados dos vários graus de ensino, como do investimento público e privado, da internacionalização e da produção científica (Rodrigues, 2015). No que à Sociologia diz respeito, a primeira licenciatura data do ano da revolução democrática e os primeiros graus de mestre e de doutor serão atribuídos na década seguinte. Ao longo do último quartel do século XX, cresce o número de centros de investigação e de publicações científicas sociológicas, verificando-se, nestas décadas, passos consistentes para uma internacionalização da Sociologia desenvolvida em Portugal, seja, num primeiro momento, através do regresso de sociólogos que residiam fora do país, seja através da realização de doutoramentos no estrangeiro e de publicações internacionais (Machado, 2022). No seu conjunto, estes processos são reveladores de que o percurso de institucionalização da sociologia no pós-25 de abril de 1974, acompanha o crescimento do sector do ensino superior e da ciência como um todo. Estas transformações inserem-se num contexto global de consolidação do Estado social e de universalização tendencial do acesso a serviços públicos. A máxima, cantada por Sérgio Godinho e reproduzida por muitos e muitas, traça o caminho para a “liberdade a sério” prometida pela revolução de abril de 1974: “A paz, o pão, a habitação, a saúde e a educação”. As anteriormente relatadas transformações ao

nível do ensino superior e da ciência e, em particular, o processo de institucionalização e desenvolvimento da Sociologia, fazem parte deste percurso.

É também durante estas décadas que serão desenvolvidas e aplicadas um conjunto de iniciativas legislativas que, tendo por base os princípios da racionalidade burocrática e mais especificamente da burocracia profissional (Weber, 1978; Mintzberg, 1995), pretendiam capacitar as organizações de ensino superior e de ciência, tornando-as mais eficientes e eficazes, atribuindo-lhes maior autonomia e introduzindo a colegialidade nos processos de decisão estratégica¹.

No que às profissões académicas diz respeito, a publicação dos Estatutos da Carreira Docente Universitária, em 1979, de Investigação Científica em organismos dependentes do Ministério da Educação e Ciência, em 1980, e da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, em 1981, estatutos várias vezes modificados nas décadas seguintes, institucionalizam e diferenciam o exercício destas profissões no seio da academia portuguesa². Esta diferenciação de funções e carreiras reconhece, por um lado, as características distintas e nem sempre articuláveis da dupla função académica de ensino e de investigação e, por outro lado, que o nível de desenvolvimento destas atividades académicas no Portugal da década de 1980, requeria recursos específicos para o seu exercício. Apesar destes reconhecimentos, lutas internas neste sector conduziram a que, na prática, se tenha assistido a uma aplicação alargada dos Estatutos das Carreiras Docentes e a uma aplicação muito reduzida do Estatuto da Carreira de Investigação Científica neste sector. A limitada aplicação do Estatuto da Carreira de Investigação não revela, contudo, uma falta de necessidade de recursos humanos dedicados a tempo inteiro a atividades de investigação, já que o seu exercício desenvolver-se-á crescentemente ao abrigo do Estatuto do Bolseiro de Investigação, publicado em 1989³ (Castro & Brandão, 2022; Ferreira, 2023). Será este Estatuto que, inscrevendo na lei o exercício de atividades de investigação por “cientistas e tecnólogos”, possibilitará que as

¹ Lei n.º 108/1988 e Lei n.º 54/1990.

² Decreto-Lei n.º 448/1979, Decreto-Lei 185/1981 e Decreto-Lei n.º 415/1980.

³ Decreto-Lei n.º 437/1989.

instituições de ensino superior e de ciência cumpram mais plenamente uma das suas missões, a produção de conhecimento científico, sem que tenham de recorrer à integração destes profissionais nos quadros institucionais. Adicionalmente, a contratação ao abrigo do Estatuto do Bolseiro comportará menores custos, já que as bolsas de investigação apresentam valores bastante inferiores aos dos salários de investigadores contratados ao abrigo do Estatuto da Carreira de Investigação Científica; e não recorre ao sempre curto financiamento das organizações deste sector via Orçamento do Estado, uma vez que as bolsas que suportam estes profissionais seriam atribuídas adicionalmente, através de concursos competitivos, maioritariamente sob a alçada da Junta Nacional de Investigação Científica e, a partir de 1997, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Se a aplicação deste Estatuto permitirá um crescimento acelerado da investigação científica em Portugal, também será este mesmo Estatuto que possibilitará uma subalternização das funções de investigação a tempo inteiro, desenvolvidas em larga medida por “jovens cientistas e tecnólogos” em formação; que favorecerá a manutenção de relações hierárquicas de poder na academia, confinando os processos de governação e decisão estratégica aos que estão integrados nas carreiras docentes, e desresponsabilizará as instituições de ensino superior e de ciência do exercício das atividades de investigação a tempo inteiro, já que o recurso a financiamento externo permite a construção da narrativa de que estes profissionais não pertencem às instituições onde laboram diariamente (Castro & Brandão, 2022; Ferreira, 2023).

Será também entre estas décadas de 1980 e 1990 que ocorrerá uma aproximação progressiva ao sector privado. Entre os exemplos desta aproximação encontra-se a fundação de Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (IPSFL) dedicadas a atividades de investigação. Estas instituições são participadas por atores públicos e privados, apresentam fontes de financiamento diversificadas e uma flexibilização da contratualização dos seus profissionais. Outro exemplo, será a fundação da Agência para a Inovação, em 1993, que promoverá o crescimento das atividades de investigação e desenvolvimento no sector privado e a sua cooperação com as

organizações de ensino superior e de ciência (Heitor, 2015; Fernandes, 2015). Progressivamente, vão-se aproximando as formas de organização e gestão, práticas e culturas entre os sectores público e privado.

No que às profissões académicas diz respeito, se a origem da precarização das funções de investigação remete para a aplicação do Estatuto do Bolseiro de Investigação e para a história particular da academia portuguesa nas primeiras décadas do período democrático, a expansão da sua aplicação e da precarização das atividades de investigação encontra-se alinhada com o quadro global de liberalização financeira, destruição de emprego e flexibilização das relações laborais que marca o final do século XX. Num contexto em que a precarização do trabalho passa de regime excecional a norma, a contratualização das atividades de investigação científica ao abrigo de bolsas de investigação e a precarização generalizada do trabalho científico não causará estranheza social.

2.2. O século XXI: A academia enquanto alvo e instrumento da neoliberalização

O virar do século assistirá a uma progressiva institucionalização da nova gestão pública, impulsionadora direta da aplicação dos modelos de governação e gestão empresarial ao sector público (Hood, 1991). No caso das instituições de ensino superior e de ciência, estimular-se-á uma redução de custos e um crescimento da aproximação ao sector privado, seja através da externalização de alguns dos seus serviços, seja através de uma diversificação das fontes de financiamento, da participação de atores de fora da academia na gestão e governança das suas instituições, ou ainda, através da implementação de mecanismos de prestação de contas (Currie & Newson, 1998). Se alguns destes princípios já se encontram plasmados no Regime Jurídico de Instituições que se dedicam à Investigação Científica e ao Desenvolvimento Tecnológico, cuja primeira versão é aprovada em 1999⁴, o instrumento legislativo que de uma forma mais clara contribuiu para a sedimentação da nova gestão pública no sector académico será o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado em 2007⁵ (Ferreira, 2023;

⁴ Decreto-lei n.º 125/1999.

⁵ Lei n.º 62/2007.

Mineiro, 2024). Tendo existido alguma contestação a este instrumento legislativo, a sua implementação acaba por beneficiar de um quadro global marcado pela crise financeira, em 2007, a que se seguiram as crises das dívidas soberanas, em 2010, e a intervenção da Troika⁶ em Portugal, entre 2011 e 2014. Durante este período, são implementadas medidas de austeridade que fomentam a liberalização financeira, a flexibilização do mercado de trabalho e o desmantelamento do Estado Social, colocando muitos numa situação de vulnerabilidade social entendida enquanto inevitável e vivida como responsabilidade individual (Carmo & Matias, 2019). Um contexto como o descrito, pautado por dificuldades financeiras e económicas globais, acompanhadas, nas organizações do sector do ensino superior e da ciência, por dificuldades associadas, por exemplo, à operacionalização de processos de decisão colegial, a um sistema massificado e com crescente competição entre as suas organizações (Amaral *et al.*, 2003), irá facilitar a legitimação dos princípios gerencialistas inscritos no RJIES.

Em Portugal, estas transformações legislativas promoverão alterações na estrutura e no funcionamento organizacional, uma instrumentalização das práticas de ensino e de investigação e uma sedimentação de um ethos competitivo (Ferreira, 2023; Ferreira & Teixeira, 2019), características distintivas do processo de neoliberalização da academia, tal como conceptualizado por Stephan Ball (2003, 2015).

Em termos organizacionais, consolida-se uma hierarquização das estruturas universitárias e politécnicas através de uma centralização dos processos de tomada de decisão e governança e conseqüente redução da representação e participação eleitoral (Mineiro, 2024). Paralelamente, desenvolve-se um conjunto diversificado de unidades e departamentos de apoio ao ensino e à investigação, responsáveis pela aplicação dos mecanismos de prestação de contas com recurso às chamadas tecnologias de governança (indicadores padronizados) e por uma aproximação a outros setores da sociedade civil (a título de exemplo, desenvolvem-se gabinetes de patentes; de mecenato ou de comunicação, entre múltiplos outros). No contexto da

⁶ A Troika é constituída pelo Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a Comissão Europeia.

FERREIRA, Ana (2024),

“Investigação Sociológica Precária no Portugal Democrático:

“____, pão, _____, _____, _____”

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIX, pp. 75 - 104

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a3>

chamada “economia do conhecimento”, as organizações de ensino superior e de ciência são chamadas a contribuir não só para a qualificação de profissionais para o mercado de trabalho, como a desenvolver produtos e serviços novos através das suas atividades de investigação. À dupla missão destas instituições, o ensino e a investigação, somar-se-á agora a valorização socioeconómica dos “produtos” das suas atividades. Neste quadro, já não é só a qualificação das novas gerações e a produção de conhecimento que estão em causa, mas as suas contribuições diretas e indiretas para os mercados, promovendo-se assim um alinhamento entre formação superior e mercado de trabalho e o desenvolvimento de uma ciência aplicada que dê resposta a demandas de outros sectores. Concomitantemente, as primeiras décadas do século XXI são pautadas por uma quadruplicação do número de doutoramentos finalizados em Portugal. Assim, passamos de 585 novos doutorados no início deste século, para 2398 no ano letivo de 2022/2023, um padrão de crescimento idêntico ao verificado no número de doutoramentos em Sociologia (DGEEC *et al.*, 2024; Ramos, 2018). Igualmente crescente será a força de trabalho científico, cuja análise desagregada revela, a um primeiro nível, uma estabilidade no número total de docentes, mas um crescimento dos vínculos precários entre estes profissionais (DGEEC & DSEE, 2013 e 2022). A um segundo nível verifica-se um forte crescimento do número de investigadores a tempo integral, que triplicou nas primeiras duas décadas do século XXI, e com níveis de precarização elevadíssimos entre os que se dedicam a atividades de investigação a tempo inteiro (Carvalho *et al.*, 2022; Ferreira, 2023), e a diversificação das atividades científicas, englobando agora funções como a gestão de ciência e atividades próximas, funções até recentemente maioritariamente desenvolvidas ao abrigo de bolsas de gestão de ciência e tecnologia (Barbosa *et al.*, 2023). Estes crescimentos possibilitaram o desenvolvimento exponencial da produção científica, plenamente revelado, por exemplo, no crescimento do número de artigos indexados (DGEEC, 2022), um padrão também plasmado na produção resultante da investigação sociológica (Machado, 2022).

Estas tendências, num sistema altamente precarizado e onde os mecanismos de prestação de contas ganham sucessivamente maior importância, promovem uma competitividade acérrima entre todos os envolvidos. Assim, poder-se-á afirmar que se

o sector do ensino superior e da ciência foi um alvo claro do processo neoliberalizador, ele também foi e continua a ser um instrumento de neoliberalização. Por um lado, promove-se a ideia de que todas as atividades de investigação terão de resultar numa aplicação social mais ou menos imediata, e por outro, promove-se uma socialização dos mecanismos competitivos e do individualismo, qualificando-se profissionalmente novas gerações e simultaneamente criando um consenso social alargado relativo à narrativa enaltecida das liberdades individuais e da competição como medida de todas as coisas.

Em 2015, após a saída da Troika de Portugal, o quadro político altera-se com a entrada de um governo minoritário do Partido Socialista que possibilitou uma maior intervenção do Bloco de Esquerda, do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista “Os Verdes”. Esta composição parlamentar permite a implementação do Programa de Regularização dos Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP)⁷, que tinha por fito integrar permanentemente trabalhadores que tivessem longos percursos na administração pública e cumprissem necessidades permanentes nas suas instituições. Foi ainda possível desenvolver e implementar um Programa sectorial de Estímulo ao Emprego Científico, que reconhecendo os investigadores doutorados como trabalhadores científicos, possibilitaria que a contratação maioritariamente por bolsas realizada à época neste sector, fosse substituída por uma contratação ao abrigo de contratos de trabalho, com todos os direitos e deveres associados. Se estes dois programas surgem na mesma época, a história da sua implementação neste sector foi bastante diversa. O primeiro programa, teve ampla aplicação em todos os sectores profissionais, excetuando o sector do ensino superior e da ciência. Apesar do apoio de sindicatos e associações representativas de trabalhadores académicos, a oposição inicial do Ministro que tutelava esta área, e a oposição frontal das instituições que acolhiam estes investigadores, resultou numa aplicação residual deste programa no caso de docentes e investigadores⁸. De acordo com o Observatório do Emprego Científico e

⁷ Lei n.º 112/2017.

⁸ No sector do ensino superior e da ciência, apenas os trabalhadores que desempenhavam funções técnicas, de gestão de ciência e atividades próximas foram considerados necessidades permanentes num número significativo de situações, tendo sido, subsequentemente, integrados permanentemente.

Docente, contam-se 318 contratos permanentes assinados por docentes e investigadores ao abrigo do PREVPAP⁹. Pelo contrário, o Programa de Estímulo ao Emprego Científico (Decreto-Lei n.º 57/2016 e Lei n.º 57/2017), apesar da oposição inicial de algumas das mais conceituadas Universidades em Portugal, teve o apoio claro do Ministro da tutela, de sindicatos e associações representativas dos trabalhadores deste sector, acabando por ser amplamente aplicado. Este processo, possibilitando a contratualização de milhares de investigadores ao abrigo de um contrato de trabalho e melhorando significativamente as suas condições laborais, não ultrapassou a precarização do trabalho científico¹⁰. No cômputo geral, cerca de 90% dos vínculos estabelecidos para atividades de investigação são contratos a prazo. A estes somar-se-ão as bolsas de investigação pós-doutorais. É, pois, lícito afirmar que a precarização do trabalho científico não foi ultrapassada.

Esta situação é particularmente gravosa já que tem sido demonstrado em diversos contextos geográficos que a precarização do trabalho académico tem múltiplas consequências (Ferreira, 2023; Gill, 2010; Ivancheva *et al.*, 2019; Vatansever, 2020). Em primeiro lugar, terá impactos no trabalho que é desenvolvido, incentivando-se direta e indiretamente atividades que respondam a demandas sociais e das agências de financiamento e que possam rapidamente resultar em artigos indexados nas bases mais valorizadas pela comunidade académica, a saber, a *Web of science* e a *Scopus*. Desta demanda emerge, por um lado, uma desvalorização de práticas científicas com tempos mais longos de desenvolvimento e menos rapidamente traduzíveis em produtos ou serviços com valor nos mercados e, por outro, num favorecimento de práticas de inflacionamento da produção científica, e de que é exemplo a divisão de um único trabalho em muitos pequenos artigos, com menores contributos para a comunidade científica, mas contabilizáveis nas avaliações constantes a que os investigadores estão sujeitos (Felt, 2017; Ferreira, 2022 e 2023; Spognardi & Matos, 2021). Estas práticas, garantido uma maximização dos indicadores de cada um e

⁹ Dados consultados no Observatório de Emprego Científico e Docente, a 25 de outubro de 2024, em <https://empregocientificoedocente.dgeec.mec.pt/>

¹⁰ De acordo com o Observatório de Emprego Científico e Docente, após o início de 2017, foram estabelecidos 7689 contratos para funções de investigação entre os quais 6314 ao abrigo dos diferentes instrumentos do Programa de Estímulo ao Emprego Científico. Dados consultados a 25 de outubro de 2024, em <https://empregocientificoedocente.dgeec.mec.pt/>

podendo ir possibilitando a manutenção dos investigadores precarizados na academia, apresentam consequências na qualidade da ciência que é produzida e, conseqüentemente, no sistema científico como um todo. Permanece por analisar se estas tendências globais, impulsionadas pela precarização do trabalho científico, apresentarão características similares nas diferentes áreas científicas, ou se as áreas das ciências sociais ou das humanidades, onde se inclui a Sociologia, tradicionalmente associadas a um conjunto mais diverso de produtos científicos, revelarão alguma resistência à chamada “metrificação do conhecimento”.

Em segundo lugar, os trabalhadores precarizados muitas vezes estão excluídos do direito a eleger e a ser eleitos para os mais importantes órgãos das suas instituições, dependendo essa participação da forma como os regulamentos institucionais discriminam vínculos de trabalho e contabilizam o tempo de vínculo laboral. Temos assim a precariedade associada a uma menor participação e representação, e, conseqüentemente, a uma menor democracia (Ferreira, 2022 e 2023; Mineiro, 2024).

Finalmente, a precarização do trabalho académico tem consequências nas vidas dos académicos precarizados. Muito em particular, a falta de acesso a alguns dos direitos elementares de qualquer trabalhador e entre os quais se encontra a falta de acesso ao subsídio de desemprego para os que apresentam um vínculo de bolsa ou pontual, colocam os trabalhadores precarizados em risco efetivo de períodos de ausência de rendimentos, afastando da academia, sucessivamente, os que não têm redes sociais de apoio e impedindo o comprometimento com planos a longo prazo, como os planos de parentalidade. Por outro lado, a pressão associada a candidaturas constantes a concursos com taxas de sucesso muito baixas (em Portugal, muitas vezes a rondar os 10%), impulsiona um prolongamento dos horários e dos espaços laborais, restando menos tempo para projetos pessoais e podendo conduzir a impactos mais e menos gravosos na saúde física e mental, como o desenvolvimento de situações de *burnout* profissional¹¹ (Araújo, 2009; Ferreira, 2022; Ferreira, 2023).

¹¹ O *burnout* profissional é uma síndrome de origem ocupacional muitas vezes presente em contextos laborais com horários de trabalho longos e intensos, inseguros e sem perspectivas de carreira (World Health Organization, 2019).

Por analisar permanece de que forma é que este quadro global se revela nas diferentes áreas científicas e, se no caso particular da Sociologia, se se verificam algumas singularidades que tenham por base as características distintivas desta área e a história recente da sua profissionalização em Portugal.

Este trabalho colmatará estas lacunas através de uma caracterização sociobiográfica dos sociólogos que trabalham precariamente na academia; das suas trajetórias laborais; das suas atividades e das suas formas de atribuição de sentido ao trabalho que desenvolvem e às suas vivências da precariedade. O caso abordado é entendido enquanto exemplificativo da precarização nas ciências sociais e possibilitará uma reflexão empiricamente sustentada sobre a construção da profissionalização da Sociologia no quadro do Portugal democrático.

3. Metodologia

Os resultados apresentados e discutidos neste texto consideram uma subamostra resultante de um trabalho mais amplo de análise sociológica cujos resultados globais foram publicados em 2023 no livro «*Nós somos os rankings!*» *Precariedade, reflexividade e ação social na academia neoliberalizada*. Esse trabalho recorreu à aplicação *online* de um inquérito por questionário a trabalhadores com vínculos laborais precários do sector do ensino superior e da ciência. A conceptualização de trabalhador com vínculo laboral precário abarca todos os respondentes que à data das suas respostas detinham contratos de trabalho a prazo, contratos de bolsa, vínculos pontuais, como recibos verdes ou atos únicos e ainda os trabalhadores que continuavam a laborar no sector apesar de no momento de inquirição não auferirem de quaisquer rendimentos do trabalho académico que desenvolviam. O inquérito incluiu profissionais precarizados, doutorados e não doutorados, que desenvolviam atividades de investigação, docência, gestão de ciência e atividades próximas. A aplicação deste instrumento decorreu entre o início de dezembro de 2019 e o final de fevereiro de 2020, tendo a sua aplicação sido terminada imediatamente antes do período de confinamento resultante da pandemia de Covid-19 e tendo-se recolhido um total de 4362 respostas. Entre estas, excluíram-se 1415 respostas

correspondentes a questionários não concluídos; 175 respostas de profissionais com contratos permanentes; 24 respostas de trabalhadores com contratos fora de Portugal; 13 respostas sem indicação da tipologia contratual; 9 respostas inconsistentes e 2 respostas realizadas por trabalhadores aposentados. Entre as 2716 respostas validadas¹² consideraram-se, para o presente texto, o conjunto de 120 respostas de investigadores ou docentes que desenvolviam atividades na área científica da Sociologia. Entre estes, 39% apresentava contratos de trabalho a prazo; 43% contrato de bolsa; 8% vínculo pontual e 11% continuava a desenvolver atividades académicas numa unidade de investigação apesar de no momento de aplicação do inquérito não auferir de quaisquer rendimentos do trabalho que desenvolviam.

Combinando uma análise quantitativa, sempre que possível, com uma análise qualitativa, o presente trabalho caracteriza os inquiridos quanto ao seu enquadramento laboral; características sociobiográficas; trajetórias laborais; práticas académicas; vivências subjetivas da precariedade; *burnout* profissional¹³; vivências subjetivas do trabalho e da situação perante o trabalho e aspirações laborais. A caracterização de cada uma destas dimensões baseou-se na análise das variáveis elencadas na *Tabela 1*, recorrendo, para tal, ao programa *IBM SPSS statistics*, versão 26¹⁴.

¹² Entre os 2716 inquiridos, 1354 detinha um contrato de trabalho a prazo; 1099 um contrato de bolsa; 102 um vínculo pontual e 171 não auferiam qualquer rendimento do trabalho académico realizado. Relativamente às áreas científicas, 29% desenvolvia atividades em ciências naturais; 19% em ciências sociais; 16% em engenharia e tecnologia; 15% em humanidades e artes; 14% em ciências médicas e da saúde; 5% em ciências agrícolas e veterinárias e 1% em outras áreas científicas.

¹³ O *burnout* profissional é avaliado recorrendo à aplicação de um instrumento psicométrico que caracteriza três dimensões: realização profissional, mais concretamente a satisfação dos inquiridos com conquistas/concretizações laborais; ceticismo, a saber, a presença de sentimentos de indiferença e uma atitude de distância em relação ao trabalho e exaustão emocional, isto é, a frequência de sentimentos de esgotamento emocional (Maslach & Leiter, 1997).

¹⁴ No presente trabalho, recorreu-se maioritariamente a estatísticas descritivas, excetuando para a análise e discussão da prevalência de *burnout* profissional. Neste caso, foram colocadas 16 questões, tendo-se procedido a uma análise fatorial de componentes principais para confirmar a presença das dimensões indicadas na *Tabela 1* (Maslach & Leiter, 1997).

Tabela 1.
Dimensões, variáveis e categorias de análise

Dimensões	Variáveis	Categorias
Enquadramento laboral	Vínculo contratual	Contrato de trabalho a prazo Contrato de bolsa Vínculo pontual Sem vínculo contratual
Sociobiográfica	Sexo	Homem Mulher Outro
	Idade	Anos
	Filhos	Nenhum 1 2 ou mais
Trajétórias laborais	Anos com bolsas	Nenhum
	Anos com contratos investigação	Até 5 anos
	Anos com contratos de docência	Mais de 5 e até 10 anos Mais de 10 anos
Práticas académicas	Jornadas semanais de trabalho	Até 20 horas Mais de 20 e até 30 horas Mais de 30 e até 40 horas Mais de 40 e até 50 horas Mais de 50 horas
	Artigos <i>Web of Science</i> ou <i>Scopus</i>	Nenhum
	Outras artigos indexados	1 a 4
	Livros publicados	5 a 9
	Capítulos de livros	10 ou mais
Vivências subjetivas da precariedade	Procura constante de trabalho	Sim
	Limitação do tempo para desenvolver atividades académicas	Não
	Desmotivação	
	Aumento das horas de trabalho	
	Autonomia	
	Impossibilidade de eleger e de ser eleito	
	Pressão de superiores hierárquicos	
	Incerteza no futuro	
	Adiar de projetos pessoais	
	Intenção de emigrar	
<i>Burnout</i> profissional: Realização profissional)	1. Sinto-me entusiasmado/a quando concretizo algo no meu trabalho 2. Tenho concretizado muitas coisas com valor no meu trabalho 3. Posso efetivamente solucionar problemas que surgem no meu trabalho 4. Sinto que dou um contributo efetivo para a minha organização 5. Na minha opinião, sou bom/boa no que faço 6. No meu trabalho, sinto-me confiante de que sou eficiente e capaz de fazer com que as coisas aconteçam	Nunca Quase nunca Algumas vezes Regularmente Bastantes vezes Quase sempre Sempre
<i>Burnout</i> profissional: Ceticismo	1. Sou menos interessado/a no meu trabalho desde que assumi a minha atual função 2. Sou menos entusiasmado/a com o meu trabalho desde que assumi a minha atual função 3. Sou mais descrente da contribuição do meu trabalho para	Nunca Quase nunca Algumas vezes Regularmente Bastantes vezes Quase sempre Sempre

FERREIRA, Ana (2024),

“Investigação Sociológica Precária no Portugal Democrático:

“... pão, ...”

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIX, pp. 75 - 104

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a3>

	algo desde que assumi a minha atual função 4. Duvido da importância do meu trabalho	
Burnout profissional: Exaustão emocional)	1. Sinto-me emocionalmente esgotado/a com o meu trabalho 2. Sinto-me exausto/a no final de um dia de trabalho 3. Sinto-me fatigado/a quando me levanto e penso no dia de trabalho que tenho pela frente 4. Trabalhar o dia todo é realmente motivo de tensão 5. Sinto-me acabado/a por causa do meu trabalho 6. Só desejo fazer o meu trabalho e não ser incomodado/a	Nunca Quase nunca Algumas vezes Regularmente Bastantes vezes Quase sempre Sempre
Aspirações laborais	Procura de emprego	Sim Não
	Atividades que gostaria de desenvolver	Investigação na academia Docência Investigação ou docência na academia Investigação fora da academia Outras Não está decidido
Vivências subjetivas do trabalho e da vida	Grau de satisfação com o trabalho	1 (extremamente insatisfeito) a 11 (extremamente satisfeito)
	Grau de satisfação com o vínculo laboral	
	Grau de satisfação com a categoria profissional	
	Grau de satisfação com o número de horas de trabalho	
	Grau de satisfação com o horário	
	Grau de satisfação com o salário	
	Grau de satisfação com os benefícios sociais	
	Grau de satisfação com a segurança no emprego	
	Grau de satisfação com a localização do emprego	
	Grau de satisfação com as condições de trabalho	
	Grau de satisfação com as oportunidades de progressão	
	Grau de satisfação com o desafio intelectual	
	Grau de satisfação com o nível de responsabilidade	
	Grau de satisfação com o grau de autonomia	
Grau de satisfação com o contributo para a sociedade		
Grau de satisfação com o estatuto social		

O instrumento de inquirição incluía ainda uma pergunta aberta de resposta facultativa que permitia que os respondentes se exprimissem livremente. Os 55 discursos recolhidos nessa questão possibilitaram a realização de uma análise qualitativa das

dimensões acima referidas, tendo sido eliminadas referências institucionais ou sociobiográficas que pudessem conduzir à identificação dos respondentes.

4. Resultados

4.1. Quem são os sociólogos precarizados

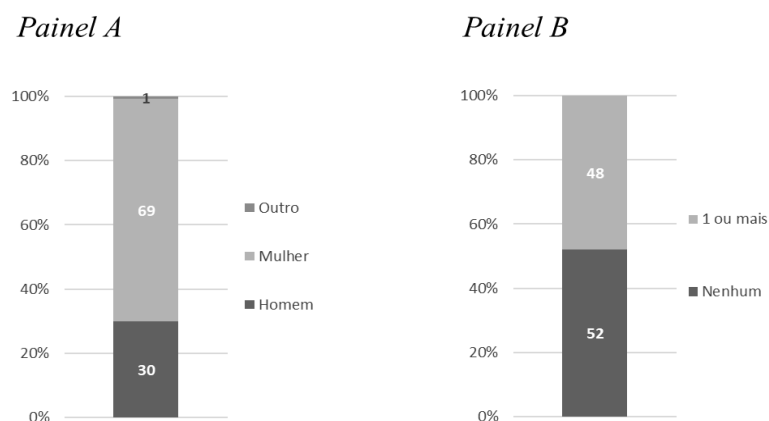
A análise descritiva das dimensões sociobiográfica e de enquadramento laboral permite verificar que a situação de precariedade laboral não é confinada a um período específico das trajetórias de trabalho dos sociólogos precarizados, mas que atravessa todo o período laboral. Este resultado decorre, de forma mais direta, da análise das idades dos respondentes que tem por limites mínimo e máximo 21 e 63 anos, respetivamente, apresentando uma idade média de 39 anos¹⁵. Trata-se de um padrão muito similar ao encontrado para a totalidade da população académica precarizada que respondeu a este questionário e que apresenta uma idade média de 38 anos e respondentes entre os 21 e os 68 anos de idade.

A um segundo nível, verifica-se que entre estes profissionais predominam as mulheres (69%, *Figura 1, Painel A*), mas que estas se encontram sobre-representadas entre os inquiridos que apresentam bolsas de pós-doutoramento e os que são investigadores juniores, as categorias iniciais destas trajetórias. A situação oposta, isto é, uma sobre-representação masculina, encontra-se para as categorias mais elevadas das trajetórias de investigação aqui analisadas (investigador auxiliar e principal)¹⁶. Estes resultados, muito similares ao padrão encontrado quando analisando a totalidade das áreas científicas, revelam uma feminização da sociologia académica, mas uma retenção das mulheres nas categorias iniciais dessas trajetórias.

¹⁵ Esta conclusão também decorre dos períodos que os respondentes indicam ter apresentado vínculos de bolsas. A este respeito ver *Figura 2. Painel A*.

¹⁶ Não é possível extrair quaisquer conclusões relativa à representação de mulheres na categoria de investigador coordenador uma vez que não temos qualquer resposta de sociólogos ou sociólogas nesta categoria.

Figura 1.
Caracterização sociobiográfica dos inquiridos.



Legenda: Painel A. Sexo. Painel B. Número de filhos.

Finalmente, verifica-se que entre os sociólogos precarizados, 48% tem filhos (*Figura 1. Painel B*) e apresenta um índice sintético de fecundidade baixo (0,74), cerca de metade do valor da população portuguesa para o mesmo ano (1,42), mas em sintonia com outros grupos profissionais com elevadas qualificações. Estes resultados apontam para os impactos da falta de estabilidade laboral na concretização de planos de parentalidade (Valente Rosa & Oliveira, 2019). Isso mesmo será confirmado pelos discursos dos inquiridos que se encontram transcritos na *Secção 4.4. As múltiplas dimensões dos impactos da precariedade* do presente artigo.

4.2. Trajetórias de precariedade

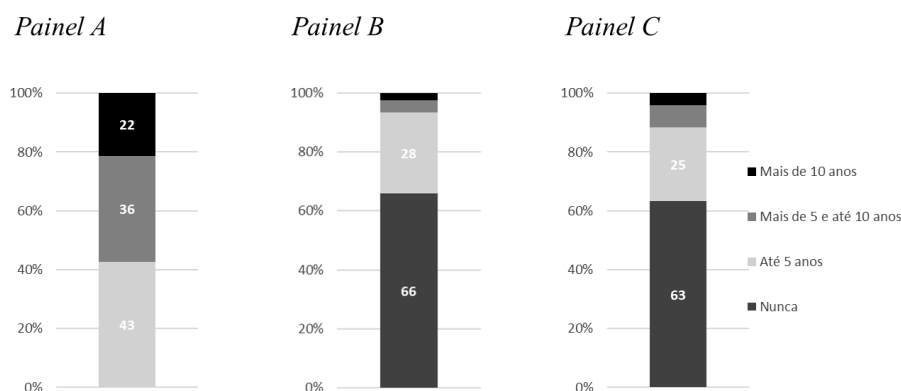
No que diz respeito às trajetórias profissionais dos inquiridos, verifica-se a presença de longos períodos com bolsas de investigação, particularmente grandes para 22% da população inquirida, que deteve vínculos de bolsa durante mais de 10 anos (*Figura 2, Painel A*).

A situação inversa verifica-se no que diz respeito tanto a contratos a prazo para funções de investigação, como para funções de docência. Mais especificamente, 66% e 63% da população inquirida nunca deteve qualquer contrato de trabalho e cerca de um quarto apresentou contratos de trabalho por períodos inferiores a 5 anos (*Figura 2, Painel B e Painel C*). No conjunto, estes resultados revelam longos períodos de

uma precarização com tipologias de vínculos laborais muito frágeis, que para além de apresentarem valores relativamente baixos, têm associados limitados direitos laborais, incluindo a inexistência de um subsídio de desemprego.

Figura 2.

Trajetórias de precariedade na academia.



Legenda: Painel A. Número de anos com bolsas. Painel B. Número de anos com contratos de investigação. Painel C. Número de anos com contratos de docência.

Estas longas trajetórias de precariedade e subsequentes fragilidades tem implicações numa grande dependência de redes familiares e outras, tal como retratado nas narrativas que se transcrevem de seguida:

“A finalização do meu doutoramento não seria possível sem o apoio do meu marido. Não me agrada ter essa dependência financeira, mas...” (Investigadora com vínculo pontual; 47 anos)

“Impossibilidade de conseguir independência financeira e sair da casa dos pais enquanto jovem cientista” (Investigadora com bolsa, 26 anos)

Estes discursos retratam de forma particularmente clara que a manutenção na academia de forma precária é maioritariamente acessível àqueles que têm redes sociais de apoio. Esta característica revela a academia enquanto meio de reprodução de desigualdades socioeconómicas.

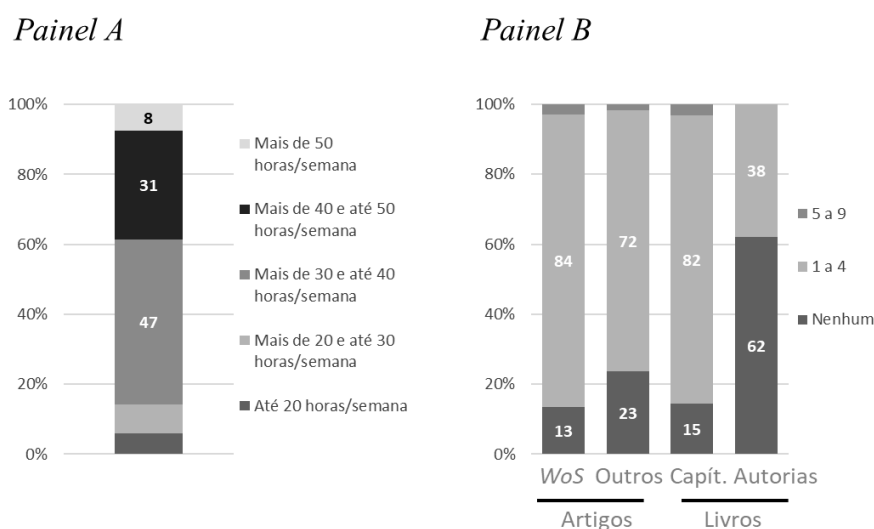
4.3. O trabalho dos sociólogos precarizados no ensino superior e na ciência

As longas trajetórias de precariedade e a enorme competitividade que caracteriza este sector terá implicações nas jornadas de trabalho desta população. Se se verifica que quase metade da população tem uma jornada de trabalho regular (entre as 30 e as 40 horas semanais de trabalho), 31% da população inquirida indica trabalhar entre 40 e 50 horas, e 8% mais de 50 horas (*Figura 3, Painel A*). Face à competitividade extrema do sector, 39% trabalha mais horas para tentar manter-se na academia.

Todas estas horas de trabalho traduzem-se numa produção muito assinalável de artigos indexados na *Web of Science* ou na *Scopus* (com 87% dos respondentes a ser autor de pelo menos 1 artigo em 2019) ou de outros artigos científicos (77% é autor de pelo menos 1 artigo indexado noutras bases de indexação). Adicionalmente, 85% é autor de pelo menos 1 capítulo de livro em 2019 e 38% é autor de pelo menos 1 livro nesse ano (*Figura 3. Painel B*). Se a produção assinalável é consistente com a restante população de académicos precarizados, a diversidade de produtos é característica deste segmento populacional (Ferreira, 2023).

Figura 3.

O trabalho dos sociólogos precarizados.

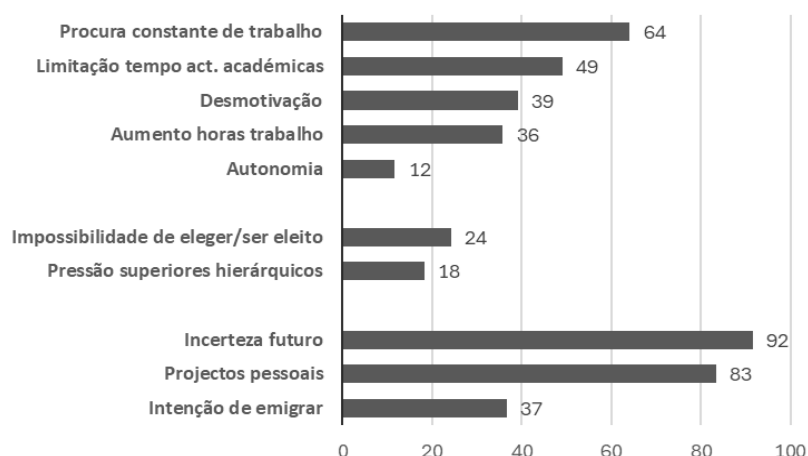


Legenda: Painel A. Jornadas semanais de trabalho. Painel B. Produtos de trabalho. WoS: Indexado na Web of Science ou na Scopus; Capít.: Capítulos de livros.

4.4. As múltiplas dimensões dos impactos da precariedade

Tal como noutras populações académicas, a precarização de longa duração tem impactos multidimensionais que se estendem do trabalho realizado, onde se destaca uma procura constante de um novo trabalho e uma limitação do tempo dedicado a atividades académicas para as quais foram contratados, à dificuldade de participação institucional, com cerca de um quarto da população a indicar a impossibilidade de eleger ou de ser eleito nas suas instituições, ou ainda impactos na vida para além do trabalho, onde a incerteza no futuro (92%) e o adiar de projetos pessoais são particularmente notórios (83%) (Figura 4).

Figura 4.
Impactos da precariedade.



Estas mesmas dimensões também estão presentes nos discursos dos inquiridos. Discursos que nos permitem completar a informação quantitativa expressa na *Figura 4*. No que diz respeito aos impactos da precarização no trabalho realizado, os sociólogos precarizados referem, por exemplo, a dificuldade de manter uma continuidade no trabalho que desenvolvem, já que a necessidade de um rendimento os obriga a saltar de projeto em projeto, por vezes sem que seja possível manter coerência na linha de trabalho que desenvolvem:

“Devido à ausência de financiamento tive de deixar a minha área de trabalho e seguir com uma bolsa noutra área. Sendo que sei que cada ano que me candidato aos

concursos FCT investigador serei penalizada por não ter coerência na linha. Mas como ter?” (Investigadora com bolsa, 41 anos)

Estes discursos também nos falam das pressões a que estão sujeitos:

“Maior sujeição às agendas externas de superiores hierárquicos” (Investigadora com bolsa, 34 anos)

Ou dos problemas associados a uma extensão dos tempos de trabalho, que resultam numa:

“Dificuldade em conciliar esfera profissional e familiar” (Investigadora com vínculo pontual, 37 anos)

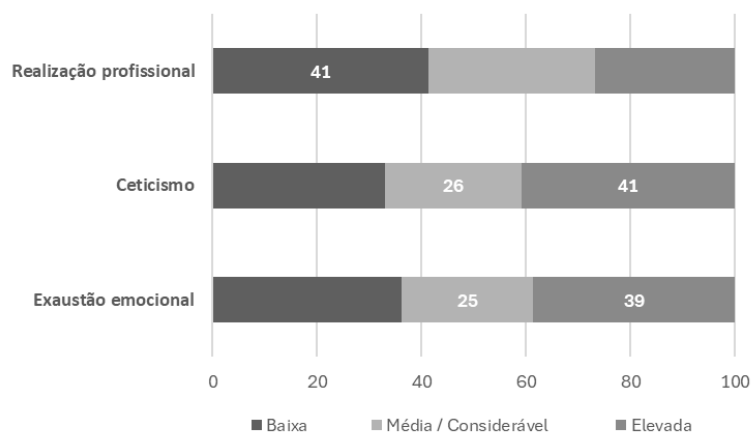
No seu conjunto, estes discursos apontam para a multidimensionalidade dos impactos da precarização do trabalho académico.

4.5. Precariedade e *burnout* profissional

Uma das consequências particularmente preocupantes da precariedade encontra-se ao nível da saúde física e mental dos trabalhadores. Neste âmbito, o presente trabalho procedeu à aplicação de um instrumento psicométrico que permite avaliar três dimensões de *burnout* profissional, a saber, realização profissional, ceticismo e exaustão emocional.

Em primeira instância verifica-se que 41% dos inquiridos apresenta níveis baixos de realização profissional, 41% níveis elevados de ceticismo em relação ao trabalho que desenvolvem diariamente e 39% níveis elevados de exaustão emocional (*Figura 5*).

Figura 5.
Prevalência de *burnout* profissional.



Adicionalmente, procedeu-se a uma caracterização da relação que se estabelece entre perceções relativas à saúde física e mental e a situação de precariedade dos inquiridos, através da análise qualitativa dos seus discursos. A este respeito, importa sublinhar que sendo a análise quantitativa anteriormente apresentada reveladora de um cenário preocupante, a sua integração mais ampla com as falas dos respondentes adensa esse cenário, apontando precisamente para os impactos diretos da precarização na saúde física e mental deste segmento populacional:

“Problemas de saúde associados à incerteza no futuro profissional” (Investigadora com bolsa, 58 anos)

“Sentimento de ver roubada a minha força de trabalho. Estou esgotada da precariedade laboral numa universidade, sobretudo no setor público que devia ter maior responsabilidade social!” (Investigadora com contrato, 29 anos)

“O percurso que se segue é inexorável. Desemprego => €0.00 => fome => morte. Desespero; pensamentos suicidas. Não chegarei ao fim deste ano.” (Investigador sem rendimentos, 46 anos)

Estes trechos são reveladores do cansaço e do desespero em que se encontram alguns dos sociólogos em situação laboral de precariedade. Estamos perante falas

muito fortes que relatam impactos muito severos da precarização de longa duração e sobre os quais urge intervir¹⁷.

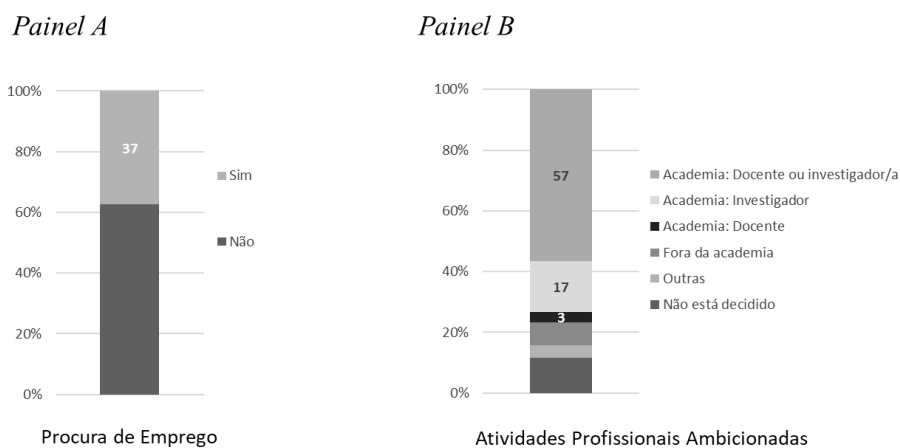
4.6. Procura de emprego e aspirações laborais

Perante o cenário traçado: sucessivos vínculos institucionais de curta duração e muitas vezes com acesso a reduzidos mecanismos de proteção social; extensão da precarização a todo o período laboral; impactos que se fazem sentir tanto no trabalho realizado e na participação institucional, como nas vidas proteladas dos inquiridos e na sua saúde física e mental, equacionou-se se estes profissionais estariam à procura de emprego e onde gostariam de trabalhar (*Figura 6*).

A análise dos resultados revela que apenas 37% dos inquiridos se encontra ativamente à procura de um emprego (*Figura 6. Painel A*) e que 77%, a grande maioria, quer continuar na academia (*Figura 6. Painel B*). Não deixando de ser algo surpreendente encontrar apenas pouco mais de um terço da população à procura de emprego e mais de três quartos a pretender continuar na academia, estamos perante frequências muito próximas das encontradas para a generalidade da população académica precarizada (42% e 78%, respetivamente). A reflexão sobre potenciais motivos na base destes comportamentos e aspirações é mais adequadamente realizada no quadro de uma análise das vivências subjetivas do trabalho e da situação perante o trabalho que se realiza de seguida.

¹⁷ Em Portugal, muitas instituições de ensino superior e de ciência têm gabinetes de apoio psicológico que analisam e acompanham situações de natureza psicossocial de alunos e de trabalhadores e que, sempre que necessário, procedem ao reencaminhamento adequado dos casos. Os contactos destes gabinetes encontram-se disponíveis *online*. Adicionalmente, aconselha-se a página do SNS24, disponível em <https://www.sns24.gov.pt/guia/acoes/acoes-psicologicas-no-sns-24/> ou a página da ordem dos psicólogos, disponível em <https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/noticia/2997>.

Figura 6.
 Aspirações laborais.



Legenda: Painel A. Procura de emprego. Painel B. Atividades profissionais ambicionadas

4.7. Ambivalências da cultura académica

Esta última subsecção de resultados apresenta e discute os sentidos que os inquiridos atribuem ao seu trabalho e à sua situação perante o trabalho (Figura 7). A análise dos resultados revela uma clara ambivalência entre uma grande satisfação com o trabalho e dimensões deste decorrentes, como o desafio intelectual ou os contributos do trabalho para a sociedade, e uma enorme insatisfação com o tipo de vínculo que os inquiridos detêm e as suas implicações numa falta de segurança e numa impossibilidade de progressão profissional.

Figura 7.
 Vivências subjetivas do trabalho e da situação perante o trabalho.



Legenda: 1: Extremamente insatisfeito; 11: Extremamente satisfeito

Isto mesmo também é relatado na transcrição que se apresenta de seguida:

“Permitam-me dizer-vos que ser professor universitário na função pública com vínculo laboral precário, É UMA MERDA, por muito que goste e apenas me conheça neste trabalho” (Docente e investigadora com contrato, 29 anos)

Esta ambivalência, igualmente presente nos outros segmentos da população académica precarizada (Ferreira, 2023), conjugada com as implicações da precarização anteriormente relatadas (Figura 3) e com a vontade expressa destes profissionais se manterem na academia (Figura 6) permite sugerir que muitos dos sociólogos precarizados revelam um “otimismo cruel” (Berlant, 2011), sujeitando-se a todas as implicações da sua atual situação de precarização, na esperança de que num momento futuro poderão desenvolver o trabalho que ambicionaram de forma permanente e ter a vida com que sonharam. No entanto, mantêm-se fiéis a esse objetivo, acreditando que tal irá acontecer, minorizando os impactos que sentem nos seus trabalhos, nas suas vidas e saúde, e desconsiderando que a maioria dos que se encontra na sua situação não consegue concretizar essa ambição.

5. Resultados

Os 50 anos de democracia em Portugal caracterizam-se por melhorias extraordinárias a todos os níveis que permitiram o desenvolvimento e a consolidação do exercício da profissão sociológica, tanto no sector de ensino superior e de ciência, como fora deste. Centrando esta reflexão no sector académico, verifica-se um notável crescimento, diversificação e internacionalização, tendo o ensino e a investigação na área científica da Sociologia acompanhado estas transformações.

Assinala-se que se ao longo de todo o período democrático, o trabalho de investigação a tempo inteiro, entre o qual se inclui o trabalho desenvolvido no âmbito da investigação sociológica, foi maioritariamente realizado ao abrigo de vínculos laborais precários, esta tendência adensou-se com processo neoliberalizador,

extravasando, atualmente, as atividades de investigação e apresentando uma forte presença também entre as atividades docentes. A confluência destes processos resulta numa enorme prevalência de vínculos laborais precários e em impactos nos mais diversos níveis. Primeiramente, as vidas dos trabalhadores precarizados são em larguíssima medida pautadas pela incerteza de um futuro com contornos indefiníveis e por um sucessivo adiar de planos pessoais. A um segundo nível, a saúde física e mental dos académicos precarizados revela-se, muitas vezes, fragilizada, tal como indica a elevada prevalência de *burnout* profissional. Finalmente, os impactos da precarização fazem sentir-se no trabalho que estes profissionais desenvolvem. A este nível, constata-se que apesar dos sociólogos precarizados concretizarem uma maior variedade de produtos académicos do que a generalidade dos investigadores de outras áreas científicas, tal como os seus colegas de outras áreas eles também reproduzem as práticas características da universidade performativa, reveladas na produção assinalável de artigos indexados nas bases de dados mais valorizadas pelas comunidades de pares. Daqui resulta, e em sintonia com a generalidade da população académica precarizada, o adiar de projetos de maior dimensão e duração e potencialmente com maior impacto no sistema científico e na sociedade, para quem, em última instância, a produção de conhecimento científico reverterá. As consequências científicas e sociais do afastamento deste tipo de projetos permanecem por analisar.

Mesmo reconhecendo as repercussões individuais, laborais e sistémicas da precarização, não deixa de ser absolutamente surpreendente que num segmento populacional com os mais elevados níveis de qualificações académicas se encontre um dos inquirido a recorrer a um dos lemas do período democrático em Portugal “A paz, o pão, a habitação, a saúde e a educação”, de autoria de Sérgio Godinho e transversalmente reproduzido, para assinalar as suas dificuldades de acesso ao “___, pão, _____, _____, _____”. Nestas condições, a integração em carreiras académicas de ensino e de ciência, e as posições de topo serão, como os resultados apresentados e discutidos ao longo deste texto revelam, um mecanismo de exclusão social. Exclusão, por um lado, dos que não detêm recursos socioeconómicos que lhes permitam sobreviver à incerteza constante e a períodos de

maior ou menor duração de ausência de rendimentos, e por outro, de mulheres, presentes em maioria no sector, mas arredadas das posições mais elevadas das trajetórias académicas. Se o ensino, e o ensino superior, pretendiam e pretendem ser um mecanismo de esbatimento de desigualdades sociais, este trabalho revela que a construção do sector de ensino superior e de ciência é, na prática, reprodutora de privilégios, progressivamente excluindo a maioria dos que não apresenta à partida uma combinação adequada de capitais.

A um outro nível, este trabalho revela ainda que a formação doutoral parece exceder a capacidade de absorção do mercado de trabalho académico, sendo necessário explorar outras opções profissionais, seja na administração pública, no sector não governamental ou no sector privado, onde profissionais altamente qualificados terão certamente contributos importantes para o desenvolvimento desses sectores. A este nível, a vasta experiência dos sociólogos a trabalhar fora da academia, atingindo cerca de 62% da totalidade dos sociólogos inquiridos num trabalho recente (Ramos et al., 2021), poderá ser instigadora de boas práticas. Dito isto, é importante sublinhar que o problema da precarização laboral na academia não se relaciona apenas com um desequilíbrio entre uma oferta (supostamente excessiva) e uma procura (supostamente deficitária). Este ponto decorre da observação de que milhares de investigadores se mantêm, ano após ano, ao longo de toda a sua vida laboral, entre o final da sua formação académica e a sua reforma, com vínculos precários no sector do ensino superior e da ciência. Esta observação permite concluir que nesses milhares de casos não estamos perante um desequilíbrio entre oferta e procura, mas sim perante uma desadequação dos mecanismos de contratação.

Se os instrumentos legislativos e programas das últimas décadas conduziram a melhorias extraordinárias das condições laborais dos académicos, estes instrumentos ainda não permitiram ultrapassar os problemas da precariedade, excluindo segmentos alargados da população e dificultando ou impedindo uma prática de investigação sociológica pautada pela liberdade académica. Este trabalho revela que nos 50 anos do 25 de Abril, “A paz, o pão, a habitação, a saúde e a educação” ainda permanecem por cumprir em toda a sua extensão.

Agradecimentos

Este trabalho teve o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. ao abrigo do DL57/2016/CP1453/CT0077 e do CEECIND/01053/2017.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Alberto, MAGALHÃES, António, & SANTIAGO, Rui (2003), “The rise of academic managerialism in Portugal”, in Alberto Amaral, Lynn V. Meek & Ingvild M. Larsen (Eds.), *The higher education managerial revolution?*, Vol. 3. Dordrecht, Boston and London: Kluwer Academic Publisher, pp. 101–123.
- ARAÚJO, Emília R. (2009), “«With a rope around their neck»: grant researchers living in a suspended time”, *New Technology, Work and Employment*, 3(11), pp. 230–242.
- BALL, Stephan J. (2003), “The teachers soul and the terrors of performativity”, *Journal of Education Policy*, 18(2), pp. 215–228.
- BALL, Stephan J. (2015), “Living the neo-liberal university”, *European Journal of Education*, 50(3), pp. 258–261.
- BARBOSA, Cláudia *et al.* (2023), “The Profession of Research Management and Administration in Portugal”, in Simon Kerridge, Susi Poli and Mariko Yang-Yoshihara (Eds.), *The Emerald Handbook of Research Management and Administration Around the World*. Leeds: Emerald Publishing Limited, pp. 735-744.
- BERLANT, Lauren (2011), *Cruel optimism*, Durham and London: Duke University Press.
- CARMO, Renato M., & MATIAS, Ana R. (2019), *Retratos da precariedade: Quotidianos e aspirações dos trabalhadores jovens*. Lisboa: Tinta da China.
- CARVALHO, Teresa, DIOGO, Sara, & VILHENA, Bruno (2022), “Invisible researchers in the knowledge society – the Uberisation of scientific work in Portugal”, *European Journal of Higher Education*, 12 (4), pp. 393-414.
- CASTRO, Helena, & BRANDÃO, Tiago (2022), “A carreira de investigador em perspetiva histórica - O caso português”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 127, pp. 69–92.
- CURRIE, Jan K., & NEWSON, Janice (1998), *Universities and globalization: Critical perspectives*. Thousand Oaks. London and New Delhi: SAGE Publications.
- DGEEC (2022), Produção Científica Portuguesa, 1990–2020: Séries Estatísticas, [Consultado a 30.10.2024], Disponível em: <https://www.dgeec.medu.pt/p/ciencia-e-tecnologia/estatisticas/producao-cientifica>
- DGEEC (2024), Observatório do emprego científico e docente, [Consultado a 15.09.2024], Disponível em: <https://empregocientificodocente.dgeec.mec.pt/>
- DGEEC & DSEE. (2013), Perfil do Docente 2011/2012, [Consultado a 30.10.2024], Disponível em: <https://www.dgeec.medu.pt/p/educacao-pre-escolar-basico-e-secundario/estatisticas/docentes>
- DGEEC & DSEE. (2022). Perfil do Docente 2020/2021, [Consultado a 30.10.2024], Disponível em: <https://www.dgeec.medu.pt/p/educacao-pre-escolar-basico-e-secundario/estatisticas/docentes>
- DGEEC *et al.* (2024), Diplomados [1996/1997 a 2022/2023], [Consultado a 30.10.2024], Disponível em: <https://www.dgeec.medu.pt/p/ensino-superior/estatisticas/diplomados>
- FELT, Ulrike (2017), “Under the shadow of time: Where indicators and academic values meet”, *Engaging Science, Technology, and Society*, 3, pp. 53–63.
- FERNANDES, Lino (2015), “Políticas de dinamização de I&D empresarial”, in Maria de Lurdes Rodrigues & Manuel Heitor (Eds.), *40 anos de políticas de ciências e de ensino superior*. Coimbra: Almedina, pp. 235–263.
- FERREIRA, Ana, & TEIXEIRA, Ana L. (2019), “Profiles of malaria research in Portugal: Organizing, doing and thinking in science under capitalism”, *Science & Technology Studies*, 32(3), pp. 62–87.
- FERREIRA, Ana (2022), “Living on the edge: Continuous precarity undermines academic freedom but not academic identity in the neoliberal academia”, in Asli Vatansever & Yasuda Kölemen (Eds.), *Free as a Bird: Academic Precariat and the State of Academic Freedom in the Global North*. Oxon and New York: Routledge, pp. 79–100.
- FERREIRA, Ana (2023), «Nós somos os rankings!» *Precariedade, reflexividade e ação social na academia neoliberalizada*. Coimbra: Almedina.
- GILL, Rosalind (2010), “Breaking the silence: The hidden injuries of neo-liberal academia”, in Róisín Ryan-Flood & Rosalind Gill (Eds.), *Secrecy and silence in the research process: Feminist reflections*. Oxon and New York: Routledge, pp. 228–244.
- HEITOR, Manuel (2015), “Ciência e conhecimento na modernização de Portugal”, in Maria de Lurdes Rodrigues & Manuel Heitor (Eds.), *40 Anos de Políticas de Ciências e de Ensino Superior*. Coimbra: Almedina, pp. 81-146.
- HOOD, Christopher (1991). “A public management for all seasons?”, *Public Administration*, 69(1), pp. 3–19.
- IVANCHEVA, Mariya, LYNCH, Kathleen, & KEATING, Kathryn (2019), “Precarity, gender and care in the neoliberal academy”, *Gender, Work & Organization*, 26(4), pp. 448–462.
- MACHADO, Fernando Luís (2020), *Sociologia em Portugal. Da Pré-história à Institucionalização Avançada*. Porto: Edições Afrontamento.

FERREIRA, Ana (2024),

“Investigação Sociológica Precária no Portugal Democrático:

“____, pão, _____, _____, _____”

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIX, pp. 75 - 104

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a3>

- MACHADO, Fernando Luís (2022), *Investigação Sociológica em Portugal. Um guia histórico e analítico*. Porto: Edições Afrontamento.
- MASLACH, Christina, & LEITER, Michael P. (1997), *The truth about burnout: How organizations cause personal stress and what to do about it*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- MINEIRO, João (2024), “Managerialism and Democratic Governance in Portuguese Higher Education: Assessing the Impact of the Legal Framework”, *Higher Education Policy*, 2024, pp. 1-21.
- MINTZBERG, Henry (1995), *Estrutura e dinâmica das organizações*. Lisboa: Dom Quixote.
- RAMOS, Madalena (2018), “As práticas profissionais dos diplomados em sociologia”, in Madalena Ramos, Luís Capucha & Inês Tavares (Eds.), *Quem são e o que fazem os sociólogos em Portugal?*. Lisboa: Mundos Sociais, pp. 7-26.
- RAMOS, Madalena *et al.* (2021), “Competências e Práticas Profissionais dos Diplomados em Sociologia”, [Consultado a 15.09.2024], Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ryqAxao1U7eCo9x4uXps7HB-z36u8pIG/view>
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (2015), “Análise cronológica das políticas públicas: ruturas e continuidades”, in Maria de Lurdes Rodrigues & Manuel Heitor (Eds.), *40 anos de políticas de ciência e de ensino superior*. Coimbra: Almedina, pp. 25–50.
- SPOGNARDI, Andrés, & MATOS, Ana R. (2021), “Oferta e procura de investigadores doutorados: Distorções no sistema científico e tecnológico português.”, in Paula Sequeiros, Maria José Carvalho & Graça Capinha (Eds.), *A investigação e a escrita. Publicar sem perecer*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 213-245.
- TEIXEIRA LOPES, João M. *et al.* (2020), “Sociology in Portugal: Local, national, and international dialogues”, in Sari Hanafi & Chin-Chun Yi (Ed.), *Sociologies in dialogue*. London: Sage, pp. 305-322.
- VATANSEVER, Asli (2020), *At the margins of academia: Exile, precariousness, and subjectivity*. Leiden and Boston: Brill.
- WEBER, Max (1978), *Economy and society: An outline of interpretive sociology*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (2019), International classification of diseases 11th revision. The global standard for diagnostic health information, World Health Organization (Ed.), [Consultado a 10.10.2024], Disponível em: <https://icd.who.int/en>

Legislação

- Decreto-Lei n.º 448/1979, de 13 de novembro, Estatuto da Carreira Docente Universitária.
- Decreto-Lei n.º 415/1980, de 27 de setembro, Estatuto da Carreira de Investigação Científica.
- Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico
- Decreto-Lei n.º 68/1988, de 3 de março, Estatuto da Carreira de Investigação Científica.
- Lei n.º 108/1988, de 24 de setembro, Lei da Autonomia das Universidades.
- Decreto Lei n.º 437/1989, de 19 de dezembro, Estatuto do Bolseiro de Investigação.
- Lei n.º 54/1990, de 5 de setembro, Lei da Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico.
- Decreto-Lei n.º 125/1999, de 20 de abril, estabelece o quadro normativo aplicável às instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento tecnológico.
- Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.
- Decreto Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, Regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento.
- Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, alteração ao Decreto-Lei n.º 57/2016.
- Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários.

Ana Ferreira.

Investigadora Auxiliar do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH). Endereço de correspondência: Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa, Portugal.
E-mail: aferreira@fcs.unl.pt

Artigo recebido a 08/11/2024 e aceite para publicação a 27/11/2024.

FERREIRA, Ana (2024),

“Investigação Sociológica Precária no Portugal Democrático:

“____, pão, _____, _____, _____”

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIX, pp. 75 - 104

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a3>